

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 15 de abril de 2025, sem modificação.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fulvio A. Matias de Carvalho'.

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	23.540	2.804	23.540
Impostos e contribuições a recuperar	6	286	69	287	69
		287	23.609	3.091	23.609
Não circulante					
Investimentos	7	50.989	-	-	-
Imobilizado	8	-	112	38.801	112
Intangível	1.2	-	-	10.016	-
Ativo de direito de uso	9	-	-	2.156	-
		50.989	112	50.973	112
Total do ativo		51.276	23.721	54.064	23.721
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	10	88	49	210	49
Obrigações tributárias	11	21	13	306	13
Passivo de arrendamento	9	-	-	13	-
Provisões diversas	12	420	-	420	-
		529	62	949	62
Não circulante					
Passivo de arrendamento	9	-	-	2.194	-
Provisão para desmobilização de ativos	13	-	-	174	-
		-	-	2.368	-
Patrimônio líquido					
Capital social	14	55.620	25.001	55.620	25.001
Prejuízos acumulados		(4.873)	(1.342)	(4.873)	(1.342)
Total do patrimônio líquido		50.747	23.659	50.747	23.659
Total do passivo e do patrimônio líquido		51.276	23.721	54.064	23.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	15	-	-	5.480	-
Custos operacionais	16	(45)	-	(4.645)	-
Resultado bruto		(45)	-	835	-
Despesas operacionais					
Despesas com pessoal	17	(1.129)	-	(1.129)	-
Despesas administrativas e gerais	18	(1.424)	(1.993)	(1.573)	(1.993)
Outras receitas/(despesas)		(513)	-	(513)	-
Resultado de equivalência patrimonial	7	(14)	-	-	-
		(3.080)	(1.993)	(3.215)	(1.993)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(3.125)	(1.993)	(2.380)	(1.993)
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	19	(884)	(34)	(1.112)	(34)
Receitas financeiras	19	477	686	580	686
		(407)	652	(532)	652
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.532)	(1.341)	(2.912)	(1.341)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20	-	-	(620)	-
Prejuízo do exercício		(3.532)	(1.341)	(3.532)	(1.341)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(3.532)	(1.341)	(3.532)	(1.341)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(3.532)	(1.341)	(3.532)	(1.341)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023		1	-	(1)	-
Aumento de capital	14.a	240.000	(240.000)	-	-
Integralização de capital	14.a	-	25.000	-	25.000
Prejuízo do exercício	14.c	-	-	(1.341)	(1.341)
Em 31 de dezembro de 2024		240.001	(215.000)	(1.342)	23.659
Integralização de capital	14.a	-	30.620	-	30.620
Prejuízo do exercício	14.c	-	-	(3.532)	(3.532)
Em 31 de dezembro de 2025		240.001	(184.380)	(4.874)	50.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(3.532)	(1.341)	(3.532)	(1.341)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado nas (utilizado nas) atividades operacionais					
Baixa de ativo imobilizado	8	119	-	289	-
Depreciação do ativo imobilizado	8 e 16	-	-	2.337	-
Amortização do ativo de direito de uso	9 e 16	-	-	61	-
Amortização Mais-Valia (MEP - alocação PPA)	1.2	400	-	400	-
Resultado de equivalência patrimonial	7	14	-	-	-
Juros sobre arrendamento	9 e 19	-	-	202	-
Ajuste a valor presente - provisão para desmobilização	13	-	-	23	-
Provisões diversas	12	420	-	420	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Impostos e contribuições a recuperar		(218)	(69)	(218)	(69)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		39	49	161	49
Obrigações tributárias		9	13	550	13
(-) Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(257)	-
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		(2.749)	(1.348)	436	(1.348)
Atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado	8	(7)	(112)	(177)	(112)
Aquisição de controladas, líquido de caixa adquirido no consolidado	1.2 e 7	(51.403)	-	(51.403)	-
Fluxo caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(51.410)	(112)	(51.580)	(112)
Atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamento	9	-	-	(212)	-
Aportes de capital	14	30.620	25.000	30.620	25.000
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		30.620	25.000	30.408	25.000
Diminuição (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(23.539)	23.540	(20.736)	23.540
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		23.540	-	23.540	-
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		1	23.540	2.804	23.540
Variação em caixa e equivalentes de caixa		(23.539)	23.540	(20.736)	23.540

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A. (“IBH 32”, “Companhia” e, denominada em conjunto com suas controladas e controladas em conjunto, “Élis Energia” ou “Grupo”) foi fundada em 19 de setembro de 2023, com nova sede na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, Conjunto 162, Vila Olímpia, São Paulo - SP, tendo por objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou cotista.

As principais atividades do Grupo, bem como a natureza de suas operações, são de construção e operação de usinas geradoras de energia solar enquadradas como Geração Distribuída. A Companhia tem como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A e controladora indireta o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Os resultados operacionais verificados no exercício estão alinhados com as estimativas da Administração, especialmente no que diz respeito aos desembolsos pré-operacionais da Companhia.

A Administração possui um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. Tais aportes estão previstos no plano de negócios da Companhia o qual fora aprovado pela Administração e pelos acionistas.

Não obstante, a Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia, especialmente no que diz respeito à execução de suas atividades em estrita aderência aos seus planos de negócios.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta Capital Circulante Consolidado Líquido (“CCL”) positivo em R\$2.142 (R\$23.547 positivo em 2024), prejuízo no exercício de R\$3.532 em 2025 (R\$1.341 de prejuízo em 2024).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional ou de financiamentos próprio ou de terceiros suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Assuntos relevantes do exercício - Combinação de negócios

1.2.1. Aquisições de entidades - (Combinação de negócios)

Em fevereiro de 2025, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da UFV Nova Granada GD Ltda., pelo valor de R\$32.610. Posteriormente, em abril de 2025, concluiu também a aquisição de 100% das ações da UFV Braúna GD Ltda., pelo valor de R\$18.793.

Ambas as entidades atuam no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica e foram adquiridas já em fase operacional, com capacidade instalada total de 7,5 MWac, sendo 5,0 MWac referentes à UFV Nova Granada e 2,5 MWac à UFV Braúna.

O preço de compra foi determinado assumindo que a totalidade dos projetos seriam transferidos para a Companhia no momento da assinatura do termo de fechamento de cada projeto entre as partes, o último fechamento dos projetos ocorreu em abril de 2025, portanto a Companhia concluiu o negócio dentro do período previsto em contrato.

A conclusão da transação estava condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais, bem como obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a qual foi formalizada sem restrições, em 13 de maio de 2024.

Até o dia 31 de dezembro de 2025 as condições precedentes de todas as usinas foram cumpridas e, portanto, houve o fechamento completo da transação, sendo que todos os ativos foram transferidos para a Companhia e estão devidamente refletidos nas demonstrações financeiras.

1.2.1.1. *Identificação da empresa adquirente*

Em ambas as transações, a Companhia foi identificada como empresa adquirente, por deter o poder de governança e decisão sobre as operações, assumindo integralmente a condução das atividades e dos fluxos de caixa.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Assuntos relevantes do exercício - Combinação de negócios--Continuação

1.2.1. Aquisições de entidades - (Combinação de negócios)

1.2.1.2. *Contraprestação transferida*

<u>Empresas adquiridas</u>	<u>Valor inicial (i)</u>	<u>Ajuste de preço</u>	<u>Ajuste adicional (ii)</u>	<u>Preço de aquisição (iii)</u>
UFV Nova Granada GD Ltda.	33.273	-	(663)	32.610
UFV Braúna GD Ltda.	19.434	-	(641)	18.793
	52.707	-	(1.304)	51.403

(i) O pagamento à vista da transação ocorreu em 23 de abril de 20/25 para Braúna e 21 de fevereiro de 20/25 para Nova Granada.

(ii) Nas datas acima houve ajuste adicional na Braúna e na Nova Granada, no montante de R\$663 e R\$641, respectivamente, referente a ações corretivas e ausência do estoque de sobressalentes.

(iii) Valor efetivamente pago foi de R\$51.403.

1.2.2. Ativos adquiridos e passivos assumidos

A seguir a composição dos ativos e passivos a valor justo, dos projetos adquiridos que tiveram o fechamento ao longo do ano de 2025:

<u>Balanco Patrimonial</u>	<u>UFV Nova Granada GD Ltda.</u>	<u>UFV Braúna GD Ltda.</u>	<u>Total</u>
Ativo			
Ativos permanentes	32.610	18.793	51.403
Contrato de PPA	7.767	2.036	9.803
Licença de operação	175	438	613
Imobilizado em operação (nota 8)	24.668	16.319	40.987
Ativo total	32.610	18.793	51.403
Valor justo dos ativos adquiridos, líquido dos passivos assumidos	32.610	18.793	51.403
Contraprestação transferida			
Liquidada em caixa			51.403
Valor nominal das retenções			-
Total			51.403

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Assuntos relevantes do exercício - Combinação de negócios--Continuação

1.2.3. Metodologia utilizada para apurar o valor justo do ativo intangível:

A mensuração do valor justo dos ativos intangíveis reconhecidos na aquisição das usinas fotovoltaicas foi realizada com base em laudo de avaliação econômico-financeira elaborado por empresa independente especializada, em conformidade com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

A avaliação dos ativos intangíveis identificáveis foi realizada sob a abordagem da renda (*Income Approach*), por meio da metodologia de Fluxo de Caixa Descontado (FCD), considerando os principais pontos:

- (i) Projeção dos fluxos de caixa futuros atribuíveis aos ativos identificáveis, considerando premissas operacionais, contratuais e regulatórias do projeto;
- (ii) Utilização de taxa de desconto compatível com o risco do ativo;
- (iii) Consideração do horizonte contratual e regulatório do ativo, sem adoção de perpetuidade, em razão da vida útil finita associada aos contratos e licenças vigentes.

Foram identificados e mensurados a valor justo dos seguintes ativos intangíveis:

- Contrato de Compra e Venda de Energia (PPA);
- Licença de Operação, mensurada com base em sua vida útil regulatória remanescente.

Os laudos podem ser assim resumidos:

- 21 de fevereiro de 2025 (primeiro fechamento);
- 23 de abril de 2025 (segundo fechamento);
- Adquirente: Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.; e
- Preço de aquisição total: R\$51.403.

1.2.3.1. *Alocação do Preço de Compra (PPA)*

Não houve reconhecimento de *goodwill* na operação. A diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos foi integralmente alocada como Mais-Valia, distribuída entre os ativos intangíveis identificáveis.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Assuntos relevantes do exercício - Combinação de negócios--Continuação

1.2.3. Metodologia utilizada para apurar o valor justo:

1.2.3.1. Alocação do Preço de Compra (PPA)--Continuação

Os valores atribuídos a cada ativo intangível estão demonstrados a seguir:

i) Alocação do Valor - UFV Braúna GD Ltda.

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Contraprestação transferida	18.793
Valor justo dos ativos líquidos	16.319
Mais-Valia	<u>2.474</u>
• Contrato de PPA (vida útil 20,75 anos)	2.036
• Licença de Operação (vida útil 30,75 anos)	438
Diferença não alocada (<i>goodwill</i>)	<u>-</u>

ii) Alocação do Valor - UFV Nova Granada GD Ltda.

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Contraprestação transferida	32.610
Valor justo dos ativos líquidos	24.668
Mais-Valia	<u>7.942</u>
• Contrato de PPA (vida útil 20,84 anos)	7.767
• Licença de Operação (vida útil 30,84 anos)	175
Diferença não alocada (<i>goodwill</i>)	<u>-</u>

1.2.3.2. Composição da Mais-Valia em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	<u>Consolidado</u>
Reconhecimento da Mais-Valia	10.416
Amortização da Mais-Valia	<u>(400)</u>
Total	<u>10.016</u>

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora”, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam, sendo a moeda funcional das Companhias. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Base de consolidação das demonstrações financeiras

a) Controladas

As controladas são entidades (incluindo entidades de propósito específico) sobre as quais a Companhia exerce controle. A Companhia controla uma investida quando está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder que detém sobre a investida, isto é, pela capacidade de dirigir as atividades relevantes.

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, e a consolidação é encerrada a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os saldos, transações, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas são eliminados na consolidação.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades da Companhia são eliminados. Prejuízos não realizados também são eliminados, exceto quando a transação evidenciar perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Alterações na participação societária em controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de capital e reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. O resultado abrangente e os prejuízos das controladas são atribuídos aos acionistas controladores e às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor para as participações não controladoras.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.4. Base de consolidação das demonstrações financeiras--Continuação

a) Controladas--Continuação

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos ao custo.

As participações em controladas estão demonstradas a seguir:

Descrição	Participação	
	2025	2024
<u>Controladas diretas</u>		
UFV Nova Granada GD Ltda.	100%	-
UFV Braúna SP GD Ltda.	100%	-

As demonstrações financeiras consolidadas de 2025 incluem as informações contábeis das controladas a partir das respectivas datas de aquisição, ocorridas em fevereiro de 2025 para a UFV Nova Granada GD Ltda. e em abril de 2025 para a UFV Braúna GD Ltda.

As demonstrações consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são as primeiras demonstrações consolidadas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2024, não existiam controladas no perímetro de consolidação; portanto, os valores comparativos consolidados correspondem aos saldos da controladora nessa data, apresentados para fins de informação comparativa, conforme CPC 26.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.7);
- Combinação de negócios - Valor justo (nota 1.2 e 3.3)
- Vida útil dos bens do ativo imobilizado (nota 3.4);
- Vida útil dos ativos intangíveis (nota 3.5);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 3.6);
- Provisão para desmobilização de ativos (nota 3.8); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 3.8).

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima, líquidos de saldos bancários a descoberto em aberto pagáveis à vista, se houver, e formam parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem depósitos bancários (conta corrente).

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas possuem apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas ao custo amortizado incluem depósitos bancários (conta corrente).

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e passivo de arrendamento.

A Companhia não possui operações de risco sacado, *forfait* e *factoring* durante os exercícios de 2025 e 2024. Todas as transações financeiras foram realizadas sem a emissão de títulos de créditos sujeitos a desconto ou desconto de risco.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não possui contrato ou operara com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2025 e 2024. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, conforme previsto no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

O método de aquisição utilizado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia, consiste no seguinte:

- Determinação da data de aquisição;
- Determinação do adquirente e do adquirido;
- Determinar a contraprestação transferida pela aquisição do controle;
- Determinação do valor justo de ativos e passivos identificáveis separadamente; e
- Determinação do ágio residual ou ganho na compra vantajosa.

A data de aquisição é a data em que a Companhia assume o controle do negócio. A contraprestação transferida é mensurada na data de aquisição pelo valor justo dos ativos transferidos, incluindo caixa, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia na data de aquisição.

Para cada combinação de negócios, a Companhia mensura as participações de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base em sua participação nos ativos líquidos identificáveis. Os custos relacionados à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Quando a Companhia adquire um negócio, avalia o justo valor dos ativos e passivos assumidos de forma a alocá-los de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes à data da aquisição.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Combinação de negócios--Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente, considerada um ativo ou um passivo, são reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

O ágio ou ganho na compra vantajosa é a diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e a contraprestação transferida. Quando a contraprestação transferida for superior ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ágio é reconhecido pela diferença e, posteriormente, testado para redução ao valor recuperável. Quando a contraprestação transferida for inferior ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho na compra vantajosa é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos intangíveis reconhecidos no âmbito de uma combinação de negócios estão descritos nas notas 1.2 e 3.5.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição (durante o período de construção), construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, levando em consideração a vida útil-econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Imobilizado--Continuação

As taxas de depreciação são definidas com base na vida útil econômica estimada de cada classe de ativos, incluindo obrigações relacionadas à futura desmobilização.

As principais taxas utilizadas são:

- Usinas em operação e a desmobilização dos ativos: média de 4% ao ano.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em andamento os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos e debêntures vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados serão depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.5. Intangível

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômico-financeira estimada de cada ativo. A amortização tem início a partir da data em que o ativo intangível está disponível para uso, ou, no caso de ativos intangíveis desenvolvidos internamente, a partir do momento em que o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se apto à utilização conforme sua finalidade pretendida pela Administração.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Intangível--Continuação

Os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento de ativos intangíveis qualificáveis, incluindo encargos financeiros incorridos durante a fase de desenvolvimento, são capitalizados quando atendidos os critérios estabelecidos no CPC 04 - Ativo intangível, sendo a capitalização encerrada quando o ativo está disponível para uso. Os valores capitalizados são amortizados ao longo da vida útil estimada do ativo intangível ao qual foram incorporados, observando os mesmos critérios de amortização.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação ou baixa de ativos intangíveis são determinados pela diferença entre os valores recebidos na transação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos, líquidos, em outras receitas ou despesas operacionais. As vidas úteis, os valores residuais e os métodos de amortização dos ativos intangíveis são revisados periodicamente e ajustados prospectivamente quando houver indicação de mudanças significativas em relação às estimativas anteriormente adotadas.

Ajuste ao valor justo

A Mais-Valia de licença de operação possui sua mensuração baseada em valor justo com base na abordagem da renda, considerando sua vida útil regulatória remanescente estimada. Dessa forma, foi considerado como o período de licença de operação para definição da Mais-Valia, sendo a sua vida útil, o período de vida baseado no período de operação.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

Tipo	Vida útil	Método de amortização utilizado	Gerados internamente ou adquiridos
Contrato de PPA	Definida (240 - 250 meses)	Amortização linear em linha com os contratos de PPA	Adquiridos
Mais-Valia de licença de operação	Definida (360 a 370 meses)	Amortização linear em linha com o período de operação	Adquiridos

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Intangível--Continuação

Ajuste ao valor justo --Continuação

A Mais-Valia identificada na combinação de negócios, reconhecida com base no laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA), é registrada como ativo intangível quando representa benefícios econômicos futuros identificáveis e mensuráveis de forma confiável. A Mais-Valia alocada a ativos intangíveis com vida útil definida é amortizada pelo método linear, ao longo das respectivas vidas úteis estimadas, conforme premissas e critérios estabelecidos no laudo de PPA, com início a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso. A amortização é reconhecida no resultado do período, em rubrica apropriada, e as estimativas de vida útil são revisadas periodicamente, sendo ajustadas prospectivamente quando houver evidências de alteração relevante nas premissas originalmente adotadas.

3.6. Arrendamentos

Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor prazo contratual dos arrendamentos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

Premissas para o reconhecimento

A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma.
- (iii) contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.
- (iv) considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) a metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) a taxa de desconto utilizada é de 13,85% a.a. equivalente a 1,09% a.m. em 2025 e 2024, de acordo com o prazo de vencimento de cada contrato de arrendamento.
- (vii) prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos foram reconhecidos no passivo de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Arrendamentos--Continuação

A Companhia como arrendadora

A Companhia através de suas controladas, atua como arrendadora, locando essas UFVs para os arrendatários, e não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. Nesta classificação, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos ativos arrendados, durante o período de arrendamento.

A Administração avalia as circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável e quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos.

3.7. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3.8. Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia ou suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Provisões--Continuação

A Companhia e suas controladas não possuem obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações. Adicionalmente, as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 e dezembro de 2025 e 2024, não apresentam registro de provisão de demandas judiciais, devido a inexistência de causas com prognóstico de perda provável.

a) Provisão para desmobilização de ativos

A provisão para desmobilização de ativos considera que as controladas assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde estão instalados. A provisão foi inicialmente mensurada ao valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente, e por mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

b) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social corrente, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 mil para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. No caso das empresas tributadas com base no lucro real, são consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real do exercício. Para as empresas tributadas com base no lucro presumido, os tributos são calculados sobre percentuais fixos aplicados à receita bruta, conforme a legislação vigente. No grupo, as empresas tributadas com base no lucro presumido são prestadoras de serviço, sendo que, para atividades de prestação de serviços, aplica-se o percentual de 32% sobre a receita bruta para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

Na Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A. a apuração do imposto se baseia no lucro real, e as suas controladas pelo lucro presumido. As demais holdings do grupo mantêm o critério de apuração, no lucro real e suas respectivas controladas sendo tributadas pelo lucro presumido.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.11. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12. Apuração do resultado

a) Receitas

O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a entidade cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre a locação e serviços prestados de operação e manutenção. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de com a metodologia de compensação de energia estabelecidos em cada contrato.

As receitas da Companhia são provenientes dos seguintes tipos de contratos/serviços:

i) *Locação de equipamentos de sistema de Geração Distribuída (GD)*

A receita operacional de locação de equipamentos permite que a locatária obtenha a titularidade sobre a energia injetada na rede de distribuição pela central geradora participante, do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE) conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012 (e legislação aplicável).

A energia ativa injetada na Concessionária local é cedida por meio de empréstimo gratuito e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica ativa ou contabilizada como crédito de energia de unidades consumidoras da locatária participante do sistema, conforme regulação aplicável.

A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período de vigência dos contratos.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12. Apuração do resultado--Continuação

a) Receitas--Continuação

ii) *Serviços de operação e manutenção (O&M)*

A receita operacional dos serviços de operação e manutenção do SGD (Sistema de Geração Distribuída) integrante dos projetos de energia (serviços de O&M) se dá pela manutenção de forma a garantir a limpeza, conservação e segurança do SGD, o fornecimento de materiais e maquinários necessários para realização dos serviços de O&M, supervisão e controle de toda a área por meio de monitoramento remoto ou in loco, elaboração e envio de relatórios mensais contendo as informações de valores de produção disponibilidade técnica atividades de manutenção ordinária e extraordinária, entre outros.

São celebrados contratos de locação com as usinas fotovoltaicas próprias, e consideram uma remuneração mensal.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das Informações Financeiras Intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

4. Normas e interpretações novas e revisadas--Continuação

b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01/01/2026 para companhias abertas
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01/01/2027
CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01/01/2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósito em conta	1	1	1	1
Aplicações financeiras (i)	-	23.539	2.803	23.539
Total	1	23.540	2.804	23.540

(i) As aplicações financeiras de curto prazo possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a títulos do Fundo de Investimento PP Portfólio RF, administrado pelo Itaú Unibanco S.A, remunerado a 100,45% no ano de 2025 (102,5% em 2024).

6. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRRF - Aplicações financeiras	286	69	287	69
Total	286	69	287	69

7. Investimentos

(a) A investida da Companhia apresentou a seguinte situação patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 não existiam controladas):

Entidade	Controle	Total dos ativos	Total dos passivos	Patrimônio líquido	Lucro / (Prejuízo) do período	% de participação no capital social
UFV Nova Granada GD Ltda.	Direto	26.125	1.019	25.106	437	100%
UFV Braúna GD Ltda.	Direto	17.636	1.768	15.868	(451)	100%
Total		43.761	2.787	40.974	(14)	100%

(b) A movimentação dos investimentos é como segue:

Entidade	2024	Valor justo dos ativos líquidos -		Equivalência patrimonial	Amortização da Mais-Valia (Nota 1.2.3.2)	2025
		Aquisições (Nota 1.2.3.1)	Mais-Valia (Nota 1.2.3.2)			
UFV Nova Granada GD Ltda.	-	24.668	7.942	437	(85)	32.962
UFV Braúna GD Ltda.	-	16.319	2.474	(451)	(315)	18.027
Total	-	40.987	10.416	(14)	(400)	50.989

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Usinas em construção	-	112	-	112
Usinas em operação	-	-	38.801	-
Total	-	112	38.801	112

A composição do imobilizado é como segue:

Bens	Consolidado 2025			Consolidado 2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Usinas em operação (i)	40.987	(2.330)	38.657	-	-	-
Usinas em construção	-	-	-	112	-	112
Provisão para desmobilização de ativos	151	(7)	144	-	-	-
Total	41.438	(2.337)	38.801	112	-	112

(i) Usinas em operação adquirido pela combinação de negócios citada no contexto operacional (nota 1.2).

A movimentação do imobilizado é como segue:

Bens	Controladora			
	2024	Adições	Baixas	2025
Usinas em construção	112	7	(119)	-
Total	112	7	(119)	-

Bens	Controladora		
	2023	Adições	2024
Usinas em construção	-	112	112
Total	-	112	112

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

A movimentação do imobilizado é como segue:--Continuação

Bens	Consolidado						
	2024	Adições	Provisão para desmobilização (a)	Aquisição de empresa (nota 1.2.2)	Baixas	Depreciação	2025
Usinas em construção	112	7	-	-	(119)	-	-
Usinas em operação	-	-	-	40.987	-	(2.330)	38.657
Provisão para desmobilização de ativos (a)	-	-	151	-	-	(7)	144
Adiantamento a fornecedores	-	170	-	-	(170)	-	-
Total	112	177	151	40.987	(289)	(2.337)	38.801

Bens	Consolidado		
	2023	Adições	2024
Usinas em construção	-	112	112
Total	-	112	112

(a) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados às usinas fotovoltaicas. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento

(a) A seguir os ativos de direito de uso por entidade:

Empresa	Quantidade	Prazo	Consolidado		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
			Locações arrendadas	Amortização acumulada (nota 16)	Líquido	Líquido
UFV Nova Granada GD Ltda.	2	20 anos	670	(28)	642	-
UFV Braúna GD Ltda.	1	20 anos	1.547	(33)	1.514	-
Total	3		2.217	(61)	2.156	-

(b) A movimentação do ativo de direito de uso durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	-	-
Adições (nota 23)	2.217	-
Baixas	-	-
Amortização	(61)	-
Saldo no fim do exercício	2.156	-

(c) Os passivos de arrendamento por entidade estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
UFV Nova Granada GD Ltda.	8	-
UFV Braúna GD Ltda.	5	-
Total passivo circulante	13	-

	Consolidado	
	2025	2024
UFV Nova Granada GD Ltda.	655	-
UFV Braúna GD Ltda.	1.539	-
Total passivo não circulante	2.194	-

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento--Continuação

(d) A movimentação do passivo de arrendamento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	-	-
Adições	2.217	-
Juros sobre arrendamento (nota 19)	202	-
Pagamento	(212)	-
Saldo no fim do exercício	2.207	-
Total circulante	13	-
Total não circulante	2.194	-

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados pela taxa de 13,85%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Principal	Juros	Total
2026	300	(287)	13
2027	300	(285)	15
2028	300	(283)	17
2029	300	(280)	20
2030	300	(277)	23
A partir de 2031	6.335	(4.216)	2.119
	7.235	(5.628)	2.207

10. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais	88	49	210	49
Total	88	49	210	49

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	239	-
PIS e COFINS a pagar	-	10	28	10
Impostos retidos de terceiros	21	3	39	3
Total	21	13	306	13

12. Provisão diversas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de fornecedores	75	-	75	-
Provisão de PLR (nota 17)	345	-	345	-
Total	420	-	420	-

13. Provisão para desmobilização de ativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para desmobilização de ativos (a)	-	-	174	-
Total	-	-	174	-

(a) Para as controladas de geração distribuída que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização de ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada ao valor presente de 13,85% a.a. e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente dos respectivos contratos de arrendamento. Os prazos dos contratos de arrendamento estão descritos na nota explicativa 9 como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo remanescente de autorização.

A movimentação da provisão para desmobilização de ativos é como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	-	-
Adição	151	-
Ajuste a valor presente (nota 23)	23	-
Saldo no final do exercício	174	-

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia possui capital social no valor de R\$240.001, composto por 240.000.400 ações ordinárias nominativas, 100% subscritadas pelo acionista Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A., sendo parcialmente integralizado em R\$30.620 em 31 de dezembro de 2025 (R\$25.000 em 31 de dezembro de 2024).

b) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, desde que não haja prejuízos acumulados que absorvam os lucros, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

c) Prejuízos acumulados

A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de “prejuízos acumulados” e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo no exercício de R\$3.532, totalizando um prejuízo acumulado de R\$4.874 (R\$1.342 de prejuízo acumulado em 2024).

15. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita com serviços de O&M	-	-	7	-
Receita com locação	-	-	5.681	-
(-) Impostos sobre vendas (i)	-	-	(208)	-
Total	-	-	5.480	-

(i) Impostos indiretos, conforme alíquotas vigentes, para o exercício de 2025 foram considerados PIS 1,65%, COFINS 7,6% e ISS varia de município para município ficando entre 2% e 5%.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de O&M	(45)	-	(2.247)	-
Depreciação usinas em operação	-	-	(2.337)	-
Amortização de ativo de direito de uso (nota 9)	-	-	(61)	-
Total	(45)	-	(4.645)	-

17. Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos	784	-	784	-
Provisão de PLR (nota 12)	345	-	345	-
Total	1.129	-	1.129	-

18. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com viagens e estadias	(13)	(5)	(13)	(5)
Serviços de terceiros	(1.385)	(1.987)	(1.484)	(1.987)
Outras despesas	(26)	(1)	(76)	(1)
Total	(1.424)	(1.993)	(1.573)	(1.993)

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	470	686	572	686
Variação cambial ativa	7	-	8	-
	477	686	580	686
Despesas financeiras				
PIS/COFINS sob receita financeira	(22)	(32)	(23)	(32)
Comissões bancárias	(773)	-	(773)	-
IOF	(18)	(2)	(20)	(2)
Multa, juros, tarifas bancárias	(71)	-	(71)	-
AVP de provisão para desmobilização de ativos (nota 13)	-	-	(23)	-
Juros sobre arrendamentos (nota 9)	-	-	(202)	-
	(884)	(34)	(1.112)	(34)
Resultado financeiro	(407)	652	(532)	652

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2025, foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica.

A Companhia apresentou prejuízo fiscal no período e os impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal não foram reconhecidos, pois a Companhia não apresentou lucro tributável.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.532)	(1.341)	(2.912)	(1.341)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(1.201)	(456)	(990)	(456)
Equivalência patrimonial	(14)	-	-	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	1.215	456	990	456
Tributação pelo regime de lucro presumido			(620)	
Encargos fiscais	-	-	(620)	-
Despesas com IR e CS correntes	-	-	(620)	-
Alíquota efetiva	-	-	21,29%	-

21. Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável ou possível, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

22. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a risco de crédito, riscos operacionais, risco de mercado, risco hidrológico e risco de liquidez. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais.

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

i) *Risco de liquidez*

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

ii) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

iii) *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa 5.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gestão de risco--Continuação

iv) *Riscos cambiais*

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

c) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado		Nível	Classificação por categoria
	2025	2024	2025	2024		
Ativos financeiros						
Depósito em conta corrente	1	1	1	1	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	-	23.539	2.803	23.539	2	Valor justo por meio do resultado
Total ativos financeiros	1	23.540	2.804	23.540		
Passivos financeiros						
Fornecedores	88	49	210	49	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	-	-	2.207	-	-	Custo amortizado
Total passivos financeiros	88	49	2.417	49		

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não são apresentadas nestas demonstrações financeiras quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

23. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Impactos de adições do CPC 06 (R2) - Ativo de direito de uso (nota 9)	-	-	2.217	-
Provisão para desmobilização de ativos (nota 13)	-	-	151	-
	-	-	2.368	-

24. Eventos subsequentes

Em 5 de fevereiro de 2026, a Companhia, nos termos de seu Estatuto Social, aprovou a aquisição de 5.048.381 (cinco milhões, quarenta e oito mil, trezentas e oitenta e uma) ações de emissão da Companhia Gestão e Transformação Infraestrutura S.A ("G&T"), mantidas em tesouraria, pelo valor de R\$192 (cento e noventa e dois mil, quinhentos e vinte reais) com pagamento a ser realizado em até 180 dias.

* * *